

Governo avança com estudos de viabilidade para regadio a partir da água do Tejo

27 de Junho, 2019

O Ministério da Agricultura vai lançar concurso público para os primeiros estudos de viabilidade do projeto de regadio do Tejo, um investimento estimado em 4,5 mil milhões de euros para levar água às regiões do Oeste, Ribatejo e Setúbal. Fonte oficial do Ministério da Agricultura disse hoje à agência Lusa que foi disponibilizada uma verba de 400 mil euros, foi elaborado o caderno de encargos do procedimento e, “dentro de dias”, vai ser lançado o concurso para a elaboração dos primeiros estudos de viabilidade.

A tutela decidiu avançar, apesar de o projeto ter sido apresentado pela sociedade civil, não possuir fontes de financiamento garantidas e “não se saber se há água, qual a relação custo/benefício e se é viável do ponto de vista ambiental”, advertiu.

O grupo de especialistas promotores do projeto, criou este mês a + TEJO – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Tejo, disse à Lusa Jorge Froes, engenheiro agrónomo e hidráulico, que lidera o grupo. Os promotores acreditam que a associação vai ser um interlocutor mais eficaz nos contactos com a tutela e com potenciais investidores e parceiros que querem associar ao projeto.

A associação tem agendada para 8 de julho a primeira assembleia-geral para eleger os seus corpos sociais. O Projeto Tejo prevê regar com águas do rio Tejo 300 mil hectares de terrenos agrícolas, dos quais 240 mil no Ribatejo, 40 mil no Oeste e 20 mil em Setúbal. O investimento está estimado em 4,5 mil milhões de euros, superior ao do Alqueva, no Alentejo.

Os especialistas acreditam que o rio Tejo poderá ter águas em permanência em quantidade e qualidade suficientes para satisfazer os vários usos, através da construção de açudes ao longo do Tejo e dos seus afluentes, de novas barragens, além das já existentes, de uma rede de distribuição, de reservatórios e de estações elevatórias e de bombagem. Os açudes seriam rebatíveis no inverno, para não causar inundações e permitir a circulação de barcos. O aproveitamento da água seria sobretudo para a agricultura, a produção de energia, para a pesca e aquacultura e para o turismo, ao tornar o Tejo navegável e com uma aposta no transporte fluvial. O projeto visa combater a seca e os efeitos das alterações climáticas, que têm reduzido o caudal do rio no verão.

Em janeiro, a Confederação dos Agricultores de Portugal apoiou o projeto, tendo em conta as necessidades de água que os agricultores daquelas regiões têm, e demonstrou preocupação por não ter sido incluído no Plano Nacional de Investimentos 2030. Na mesma altura, o ministro da Agricultura, Capoulas Santos, afirmava que esta não passava de uma “ideia visionária”, apesar de

considerar “positiva a iniciativa da sociedade civil”.